

Consequências das fraudes

Um dos resultados da CPI que investiga as irregularidades no Orçamento é o levantamento dos desvios, fraudes e imoralidades diversas praticadas com os recursos das subvenções sociais. É difícil saber o montante exato das verbas destinadas às entidades que deveriam atender parcelas mais carentes da população, mas ao que se constata, não passavam de “ABPLCs — Associações Benéficas do Pessoal Lá de Casa”.

Não é preciso apurar o montante das irregularidades para constatar a óbvia perversidade de utilizar em benefício próprio recursos destinados ao socorro de miseráveis. É preciso levar em conta, porém, que tomando-se os recursos destinados e supostamente encaminhados a entidades de assistência social, através do Ministério do Bem-Estar Social ou demais órgãos, tem-se a impressão que o País realiza um grande esforço para minorar as dificuldades dos brasileiros carentes.

A verdade é que somas altíssimas deixam anualmente os cofres públicos — depois de terem deixado os bolsos dos contribuintes — com o objetivo de dar assistência à população de baixa renda. Se esses recursos fossem aplicados com a eficiência e a eficácia que a situação de pelo menos 30 milhões de brasileiros exige, um progresso notável teria sido realizado. Desgraçadamente grande parte destes valores acabam ficando nas chamadas atividades-meio, na burocracia intermediadora e outras instâncias que pouco contribuem para a solução dos problemas sociais do País, para não falar dos delinquentes de colarinho branco (e eventualmente de saias elegantes) que estão sendo desmascarados pela CPI.

Não é preciso deslocar-se até os “gratões” para constatar a barbaridade que se comete cada vez que um mísero cruzeiro real (para não falar de muitos milhões de dólares) é subtraído aos programas de assistência social. Como revelou a repórter Patrícia Carvalho em sensível matéria publicada por este jornal no dia 27 de dezembro último — dois dias após o Natal: “Das 3.122 crianças internadas na rede hospitalar do Distrito

Federal até junho deste ano, exatamente 1.022 (32,7%) tinham contraído uma doença epidêmica de terceiro mundo: a fome”.

É preciso muita coragem — na realidade de muita covardia — para surrupiar recursos destinados ao socorro dos miseráveis aplicando-os em automóveis de luxo ou num desprezível entesouramento avaro atribuído a graças divinas. Isso tomando como exemplo a situação do Distrito Federal e Entorno onde, como salienta o secretário de Saúde local, registra-se um dos mais baixos índices de mortalidade infantil — 21 por mil nascimentos vivos, antes de um ano de vida, quando no Nordeste este índice chega a 75 por mil.

O quadro só não é pior porque o montante de recursos destinados à saúde e à assistência é tão grande, que apesar de tudo, algo acaba escapando à rapina e beneficiando os carentes. Mesmo sem um programa nacional de planejamento familiar voluntário e de conscientização do que os pais podem e devem fazer em relação às crianças, a mortalidade infantil média nacional vem caindo: de acordo com dados do IBGE, em 1950, era de 146 por mil, chegou a 71 por mil em 1980 e, em 1992 era de 56.

O desvio e a malversação de recursos públicos destinados ao atendimento da população carente não se traduz apenas em fome endêmica e epidêmica ou em mortalidade infantil (como se isso não fosse terrivelmente grave). Reflete-se, também, nos níveis de violência. Acostumados a conviver com uma inflação que beira os 40% ao mês, os brasileiros perdem a sensibilidade e os parâmetros quando confrontados com estatísticas de dois dígitos, mesmo que obviamente não estejam relacionados com o custo de vida e não possam, portanto, ser “deflacionadas”. Mais uma vez, para não sair do DF, basta dizer que o número de ocorrências policiais nos 11 primeiros meses de 93 aumentou extraordinários 11,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Mais uma vez, pode-se estabelecer uma relação entre o dinheiro subtraído à assistência e a deterioração das condições sociais, no caso à violência urbana.